

RESENHA

Marcos Paulo da Silva Soares*

LEWIS, C. S. **A Imagem Descartada**: para compreender a visão medieval do mundo. Tradução de Gabriele Greggersen. São Paulo: É Realizações, 2015. 223p.

Por que estudar Idade Média em nosso país? O professor Ronaldo Amaral da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul lançou essa pergunta em seu artigo ‘O medievalismo no Brasil’ (2011). Em sua resposta, Amaral declara que, naquela época, encontram-se as estruturas mais essenciais da civilização ocidental e, nesta, da brasileira. Cosmovisões, crenças, imaginário, ideias ligadas à moral, à ética, às estruturas políticas, do direito, da religião, as vivências do dia a dia, os costumes, as expressões das religiosidades, enfim, a sensibilidade brasileira deve muito ao elemento português que é herdeiro, por sua vez, do ‘Modelo Medieval’.

O texto original da presente obra é uma publicação póstuma, que reúne uma série de conferências proferidas por C. S. Lewis na Universidade de Oxford, sem identificação do período indicada na tradução. A obra foi traduzida por Gabriele Greggersen, historiadora, professora e filósofa brasileira, considerada por muitos a maior autoridade em Lewis no Brasil. Graças a ela, o arauto dos valores da fé, esperança e paz durante a Segunda Guerra Mundial, através das ondas da BBC de Londres, pode ser conhecido também por seu viés literário medieval e renascentista, além de suas já conhecidas obras imaginativas (sendo *As Crônicas de Nárnia*, a mais famosa dessas), dos livros de ficção científica (sua Trilogia Espacial) e teológicos (*Cristianismo Puro e Simples*, entre outros).

A Imagem Descartada é uma obra formada de prefácio, oito capítulos, epílogo e, um sempre bem-vindo, índice remissivo. Não há uniformidade quanto ao tamanho dos capítulos, o primeiro, por exemplo, tem 10 páginas, enquanto o sétimo possui 52! Embora este seja o maior de todos, é a leitura dos terceiro e quarto capítulos, com 19 e 38 páginas respectivamente, o conteúdo mais rigoroso, devido à riqueza que os *auctores*, termo técnico que indica uma fonte importante para os medievais, apresentam.

Conhecendo a proposta quanto ao Modelo Medieval, bem como as questões subjacentes a essa temática, mergulhemos na leitura a qual o professor de literatura medieval e renascentista de Oxford nos pré-selecionou.

O primeiro capítulo abre-se com a citação: “A semelhança de coisas dessemelhantes”, de Richard Mulcaster (1531-1611), escritor inglês conhecido por seus escritos pedagógicos que é também considerado como o fundador da lexicografia inglesa. Aqui, *Jack*, como gostava de ser chamado Lewis em sua infância, declara que o pensamento medieval mais característico não surge de um estágio pré-lógico para o lógico, ordenado, seguindo o padrão: selvagem > ético > filosófico > científico; surge, porém, como uma resposta ao ambiente dos manuscritos greco-romanos que o medievo possuía. Isso não nega a dívida deste com o legado bárbaro. Pelo contrário, na formação da língua – ou seja, em seus elementos fonético, morfológico e sintático – e em todo o conjunto de cosmovisões que esses elementos detêm, as línguas e cultura medievais são

* Professor de Produção Textual, Metodologia do Trabalho Científico e Língua e Literatura Grega do NT na Faculdade Batista do Cariri – Crato-Ce, é especialista em Educação, especializando em Teologia Bíblica e licenciado em Letras-Português pela Universidade Federal do Ceará. Coursou Teologia Livre no Seminário Batista do Cariri, Crato-Ce.

grandissimamente devedoras. O que está sendo afirmado é a descrição do caráter predominantemente livresco ou clerical da cultura medieval. “Todo escritor, sempre que possível, baseava-se em autores anteriores... um *auctor*: de preferência um autor latino” (p. 24). O medieval não era um sonhador nem um peregrino. “Era um organizador, decodificador, construtor de sistemas” (p.28). Tudo o que produziram foi uma resposta ao ambiente dos manuscritos mencionados como visto na seguinte sequência: Lazamon (aproximadamente 1207) foi influenciado por Wace (c. 1155), que por sua vez o foi por Geoffrey de Monmouth (antes de 1139) que leu Apuleius (séc. II) cujo modelo estava em Platão.

O prazer do homem medieval, aponta Lewis, estava na tríplice função: distinguir – tabular – definir. Essa práxis levou-os a formalizarem, por exemplo, a guerra, pela heráldica e as regras de cavalaria; a paixão sexual, pelo código de amor elaborado; a especulação teológica, por um padrão dialético rígido; o Direito e a Teologia Moral, pela ordenação de particulares; e a poesia, pela Arte Retórica. “Não havia nada que o povo medieval gostasse mais, ou fizesse melhor, do que selecionar e ordenar as coisas” (p. 28). Essa prática produziu “os formalismos mais tolos” e os “efeitos mais sublimes”. Eram pessoas com mentes apaixonadas e sistemáticas, que unificaram em um todo chamado Modelo Medieval, massas imensas de materiais heterogêneos. Por isso, engana-se quem pensa ser a principal contribuição medieval na literatura, por exemplo, as baladas e os romances.

Para construir um Modelo que englobasse tudo sem conflito, foi necessária a mediação de conteúdos múltiplos (pagãos e cristãos, por exemplo) e uma atitude precisa. No final, produziram uma obra de arte superlativa, a obra central da Idade Média, na “qual a maioria das obras particulares estavam ligadas” fazendo referência constante ao motor do qual colhiam grande parte de sua força.

Diante dessa dependência e aceitação de escritos antigos, muitas vezes, frutos de raciocínios tão divergentes, é importante perguntar-se até onde essa influência chegava. Ao tratar dessa questão, o capítulo seguinte inicialmente nos declara: “Não ando atrás de grandezas, nem de maravilhas que estejam fora do meu alcance” (Sl 131,1b) chamando-nos a atenção para as ressalvas que os medievais fizeram em seu empreendimento: Apesar das mudanças e controvérsias medievais, o Modelo, apresentado acima, permaneceu imutável, servindo de pano de fundo para as artes. A preocupação desse *background* era utilizar apenas o que fosse “inteligível por um homem leigo e somente o que” possuísse “algum apelo para a imaginação e as emoções” (p. 31). Todavia, os grandes mestres desse período não aceitavam o modelo como nossa sociedade (pós-)moderna está acostumada, rebate Lewis. Para eles, um modelo no final das contas era “apenas um modelo, possivelmente substituível” (p. 32). O Modelo, não só do ponto de vista epistemológico, como também do emocional, talvez significasse menos para os grandes pensadores do que para os poetas. Assim, embora questionado pelo autor britânico, o prazer nesse Modelo Medieval foi maior nestes do que naqueles.

O que constituía esse Modelo? Tratava-se de um construto de perguntas formado ao longo do tempo por especialistas. A dinâmica por trás dele foi: resposta a velhas perguntas – levantamento de novas – respostas a estas – levantamento de novas perguntas. Essa atitude acabava *destruindo* (a rigidez de) o Modelo (como o encaramos)? Não para o modo como o medieval o encarava. Para ele, tal modelo era “construído a partir do acordo real, ou suposto, entre autores antigos – bons ou maus; filósofos ou poetas; compreendidos ou incompreendidos – que, por qualquer razão, estivessem

acessíveis” (p. 36). Então, o potencial deste era, no mínimo, igualmente pertinente a filósofos, religiosos ou poetas.

Embora a Vulgata, Virgílio, Ovídio e Almagesto (o maior, em árabe), de Ptolomeu, fossem mais conhecidos, os *auctores* eleitos pelo autor dessas conferências, para principiar sua abordagem quanto à formação do Modelo Medieval, e suas respectivas obras são: Cícero, com seu *Somnium Scipionis*; Lucano, com Farsália; Estácio e Claudiano (tratados juntos), com *Lady Natura* (excepcionalmente, uma personagem; não uma obra); e Apuleius, com ‘o Deus de Sócrates’. Como percebido, todos pertencem à Antiguidade. A breve, mas cuidadosa análise é feita no terceiro capítulo chamado “Materiais Seleccionados: o período clássico”.

Introduzidos pelo Canto XI, 91-92, de Dante, em A Divina Comédia: “Oh, quanto é efêmera a glória humana!/quão pouco tempo dura o verde na árvore”, somos informados sobre as fontes das quais o Modelo bebeu, ainda que não fossem as principais. Lewis recomenda algumas obras que estão entre as “menos acessíveis”, as “menos conhecidas” e as que “melhor ilustram o curioso processo pelo qual o Modelo as assimilou” (p. 39).

A primeira dessas, o *Somnium Scipionis*, ou o Sonho de Cipião, também conhecido como Cipião, o Africano Menor, é a sexta parte de A República, de Cícero. Nela, faz-se “uma pequena tentativa de dar plausibilidade a um sonho fictício apontando causas psicológicas” (p. 40). Esse detalhe ajuda-nos a perceber a fonte das poesias oníricas medievais. O texto também é um protótipo de muitas ascensões aos céus, além de ser referência para o tratamento dado ao suicídio ou ao colocar ilegalmente a própria vida em risco (veja p. 42).

Outras influências do *Somnium* sobre a literatura posterior são as menções à “música das esferas celestes”, à “doutrina do espírito preso a Terra”, e ao Sol como a mente do mundo (p. 43). O caráter geral dessa obra, estudada por Lewis, apresenta muito material da Antiguidade herdado pela Idade Média. A descrição da Terra, por exemplo, em formato esférico e distribuída em cinco regiões. Sendo que duas destas era habitáveis e temperadas, divididas por uma região tórrida, e por outras duas, inabitáveis por causa do frio.

Lucano, segundo os padrões lewisianos, oscila entre o obscuro, no gênero epigrama, e a maestria, no “*coup de théâtre*” verbal. De família nobre romana, sua obra Farsália o coloca, de acordo com os medievais, entre autores como Virgílio, Ovídio, Estácio e Lucano. A principal contribuição desse autor para o Modelo é um exemplo da intertextualidade tão presente na Idade Média. Nela, à semelhança de Cipião, “a alma de Pompeu ascende da pira funerária para o céu” (p. 48). Esse episódio ocorre no início do Livro IX, de Farsália. Nesse intertexto, percebe o leitor, as personagens que ascendem riem pela mesma razão: a “pequenez de todas essas coisas que pareciam tão importantes antes de terem morrido; como nós rimos, ao acordar, da trivialidade ou do absurdo que assomavam tão imensas em nossos sonhos” (p. 49).

Os passos de Lucano foram seguidos por Estácio, na obra *Tebaida*, a qual foi aceita pela Idade Média como um romance histórico nobre. Nesta, constam as seguintes impressões sobre o Modelo: um Júpiter muito similar ao Deus monoteísta, demônios semelhantes ao do cristianismo, profundo respeito pela virgindade. No entanto, a figura que mais se destaca nessa obra e que influenciou a posteridade foi *Natura*. Esta senhora ou deusa é muitas vezes citada na literatura medieval e renascentista. Sua origem é clássica ainda que seja pouco o conteúdo encontrado sobre isso nesta literatura. Não é encontrada em Timeu, de Platão, onde era esperado conter algo, nem em Marco

Aurélio, com sua *Physis*, é mencionada. Guiado por sua perspicácia, o irmão caçula de Warren informa-nos: “O material relevante” sobre essa figura feminina e divina “não remonta a nada muito além de Estácio e Claudiano” (p. 51).

Como divindade, Natura é algo novo, ainda que seu conceito de existência não o seja. No período mitológico não ocorre o *mitopoeico* do seu nascimento. Foram os filósofos pré-socráticos que inventaram o conceito ‘natureza’, que não possuía nada de divino, mas *simplesmente* “a grande variedade de fenômenos que nos cerca” e que podia “ser encerrada sob um único nome e tratada como um único objeto” (p. 52). Aristóteles a descreveu como um ser sublunar, encarada como natural e/ou sobrenatural. A partir de então personificada, ela foi, em seguida, deificada. Entre os poetas, *Natura* era algo criado, uma obra de Deus, que possuía subordinados, um “ser... mais poderoso que uma divindade e que, sendo tudo, não é praticamente nada” (p. 53).

A última obra abordada por Lewis pertencente a esse período e a que mais se destacada para o medievalista é ‘O Deus de Sócrates’, de Apuleius. É importante que o leitor perceba a intertextualidade com duas obras platônicas: Apologia (31^{c-d}), onde Deus e demônio podem ser sinônimos, um uso comum entre outros pensadores gregos; e Simpósio (202^c-203^e), que trabalha uma distinção entre aqueles mesmos termos: os demônios seriam uma espécie média entre anjos e homens (veja p.54) ou deuses e homens. Esqueça o conceito cristão a nós transmitido. Entre esses seres estariam o Amor, o Sono, os *genius* etc. Com essa posição intermediária, o contanto dos homens com os deuses seria por meio deles. Isso ajudou a formar o Princípio da Tríade: “Deus não pode se encontrar com o homem”. Essa noção durou séculos. A manutenção dessa obra “ilustra o tipo de canal pelo qual fragmentos de Platão chegaram a Idade Média” (p.56). A fim de se compreender mais o espírito medieval, ainda é preciso referir-se ao Princípio da Plenitude: “Todo o Universo deve ser aproveitado. Nada deve ser desperdiçado” (p.57). Declaração que nada fica devendo ao que diria, no século XX, o astrônomo russo-americano Carl Sagan.

Após o período clássico, chegamos ao período seminal do Modelo Medieval. Com essa abordagem em vista, o grande intérprete de Santo Agostinho abre o capítulo “Materiais Seleccionados: período seminal”, o quarto da presente obra resenhada. A citação que segue o título desse capítulo é extraída de Geoffrey Chaucer: “E dos velhos campos, como os homens dizem, é que vêm os novos grãos” (p. 59). O arcabouço da mentalidade medieval está aqui – uma dica para a qual o leitor deve atentar. Essa época que, em um extremo, viu o nascimento de Plotino e no outro, a primeira referência ao PseudoDioniso, também testemunhou o último estágio do paganismo e o triunfo do cristianismo. A identificação de alguns autores desse período como cristão ou pagão era muito dúbia, avalia o colega de J. R. R. Tolkien, visto que alguns deles apresentaram características de ambas as religiões. Marcam esse período: Calcídio, Macróbio, PseudoDioniso e Boécio.

O primeiro destes ganhou renome ao traduzir Timeu, de Platão, transmitindo-o aos séculos posteriores. Além disso, ele cita outras obras desse filósofo: Críton, Epínomes, Leis, Parmênides, Fédon, A República, Sofista e Teeteto, em um contexto cultural que tão pouco conhecia desse pensador. Junto a essas citações e tradução, Calcídio também compôs um *commentarium* sobre assuntos a respeito dos quais pouco ou nada Platão teria a dizer, enfatiza Lewis.

Quanto a sua identidade religiosa, o autor ora chamado de cristão, ora acusado de pagão, é avaliado pelo professor do *Magdalene College*, que também nos oferece, respectivamente, três fatores apoiando a primeira posição e sete a última: (1) ele

dedicou sua obra a um bispo, (2) o relato sobre Adão era tido por ele como de origem santa e (3) embora associado a uma “suposta doutrina astrológica em Homero, a citação da estrela da natividade” o salvou. Contrariando essas afirmações, tem-se: (1) sua citação do Antigo Testamento da Bíblia como apenas *Hebraei*, (2) sua opinião quanto aos *daimones* como bons discorda da posição de Agostinho, (3) sua dúvida quanto à inspiração divina de Moisés, (4) sua afirmação sobre o caráter sacro de Homero, Hesíodo e Empédocles, (5) sua concepção de trindade lembra a classificação platônica que a cristã, (6) sua insistência quanto à natureza intrinsecamente má da matéria, discorda do ensino bíblico e (7) sua rejeição completa ao relato antropocêntrico de Gênesis. Apesar disso tudo, a influência calcidiana é foi marcante, principalmente na escola de Chartres. Por isso, o professor, ainda avaliando-o, afirma: “A importância desse discipulado se encontra no vigor, no saber e na vivacidade da sua resposta e do papel que exerceu ao recomendar certas imagens e atitudes para com os autores vernáculos” (p. 71).

Transferindo o foco para Macróbio, *Jack* nos ensina, que ele foi um declarado pagão que viveu em “um círculo em que cristãos e pagãos podia manter contato livremente” (p. 71-72). Foi amigo de Albino, o cristão, e de Símaco, o pagão; sua principal obra, um comentário sobre o *Somnium Scipionis*, de Cícero, auxiliando na preservação do texto cicerônico. Tal ato é reconhecido por Lewis como “de grande prestígio e de influência duradoura” (p.72). É nesse comentário que o *auctor* pagão desenvolve sua teoria dos sonhos ou sua *quasi somniorum index* ou ainda sua *somniorum interpres*.

Discursando sobre essa teoria, o autor de ‘As Crônicas de Nárnia’ nos apresenta, respectivamente, a quintupla classificação quanto aos sonhos úteis e inúteis: o *somnium*, onde verdades são reveladas alegoricamente; o *visio*, que prevê direta e literalmente o futuro; o *oraculum*, onde ocorrem aparições dos genitores ou entes queridos a fim de comunicar o futuro ou conselhos (veja p. 74). Nos últimos, ocorrem: o *insomnium*, a simples aparição de vultos enquanto estamos semiacordados, e o *visum*, onde se vê a repetição de cenas que envolvem preocupações de trabalho.

Divergindo da natureza ético-cívica do *Somnium Scipionis*, Macróbio mostra interesse em “um sistema que é religioso, não secular; individual, não social; ocupado, não com a vida exterior, mas com a interior” (p. 77). O céu dos estadistas, não é o seu céu. Em uma visão mais materialista, ele se concentra no exercício do “quaternário das virtudes: prudência, temperança, fortaleza e justiça” que existem em quatro níveis e sentidos diferentes (p. 77).

O terceiro *auctor* na lista lewisiana, PseudoDioniso, é o autor de quatro livros: Hierarquias Celestes, Hierarquias Eclesiásticas, Nomes Divinos e Teologia Mística. Acredita-se que ele seja o mesmo areopagita citado na narrativa de Atos dos Apóstolos, que se converteu pela pregação do Apóstolo Paulo. No entanto, é mais provável que ele seja um sírio e suas obras tenham sido escritas antes de 533 d.C. em grego. Coube a João Escoto Erígena, sua tradução para o latim. Seus escritos abrem a porta na Europa para a teologia da negação, i.e., a incognoscibilidade de Deus. O esposo de Joy Davidman, no entanto, conclui que a angelologia desse autor, em as Hierarquias Celestes, influenciou mais o Modelo.

Essa obra afirma serem os anjos espíritos puros e desencarnados representados na arte como corpóreos a fim de melhor entendê-los. Lewis corrobora apontando essa como a “prova de que as pessoas educadas na Idade Média nunca acreditaram que... fossem mais que símbolos” (p. 79). Nessa obra, discutir-se sobre três hierarquias

angelicais subdivididas respectivamente em outros três segmentos. O papel destas é filtrar o esplendor divino a fim de poder ser contemplado pelos homens. “O espírito desse esquema, ainda que não em todos os detalhes, está bem presente no Modelo Medieval” (p. 82).

Cristão de orientação ariana, Boécio, o último *autor*, é, depois de Plotino, a mente mais importante do período seminal. Sua *De Consolatione Philosophie* é um dos livros mais influentes já escritos em latim a ponto de: “Aprender a apreciá-lo é quase “naturalizar-se” medieval” (p. 83). Foi produzido durante o encarceramento do autor. Discorrendo sobre isso, Lewis fala que “a “filosofia” à qual esse gênio se voltou em busca do “consolo” em face da morte contém poucos elementos explicitamente cristãos e até a compatibilidade com a doutrina cristã pode ser questionada” (p. 83).

Estas são as lamentações de um nobre quanto a “sua queda – exílio, prejuízo financeiro, afastado de sua biblioteca, perda da sua dignidade oficial, seu nome caluniado de forma escandalosa” (p. 84). Já que era cristão, por que não escrever uma *De Consolatione Theologicae*? A explicação lewisiana é que Boécio sabia (1) onde estava seu talento – na filosofia, não na teologia; (2) que falar mal dos mestres antigos – Virgílio, Sêneca e Platão – lhe trariam mais sofrimentos sobre os que experimentados; e (3) que alguns desses mestres estavam perto de estar certos. A obra boeciana mostra-nos a capacidade da filosofia em subjugar os sentimentos do coração que, como o crítico britânico acredita, de alguma forma, ela fez por seu autor, e declara porque a referida obra nutriu por mais de mil anos “muitas mentes não desprezíveis” (p.96). Esta análise contém o melhor de Lewis, em *A Imagem Descartada*.

Na ciência medieval, tudo “o que tem seu lugar próprio, ... se não estiver aprisionado, move-se para diante por uma espécie de instinto de retorno ao lar” (p. 97). Com esse teor de busca por liberdade, a fim de encontrar seu lugar natural, o discurso lewisiano nos descreve Os Céus *medievais*. O poeta Hoccleve é o cicerone invocado por aquele autor para nos advertir: “Saia como um homem livre desta prisão” (p. 97). O quinto capítulo começa assim, convidando-nos a conhecer as partes do Universo, suas operações e seus habitantes.

A arquitetura ptolomaica é apresentada resumidamente, conforme fala Lewis, por ser muito conhecida. A Terra é esférica, sendo o centro do Universo, é também rodeada por uma série de globos opacos e transparentes, onde os interiores são menores e os exteriores, maiores. Esses são os céus ou esferas celestes. Nelas se encontram sete corpos luminosos afixados ou os “sete planetas”: Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno. Após estes, há o *Stellatum*, lugar das estrelas fixas, e depois deste o *Primus Mobile*, o Primeiro Motor. O que existe além desse? O paganismo em Aristóteles sussurra, observa o especialista em literatura medieval e renascentista: “Do lado de fora do céu não há nem lugar, nem vácuo, nem tempo. Então, o que quer que esteja lá é de um tipo que não ocupa espaço, nem é afetado pelo tempo” (p. 101). O cristianismo, representado por Bernardo, “fala alto e de forma jubilosa”, não deixa de constatar o mesmo autor: “O que, em certo sentido, é “do lado de fora” é agora, em outro sentido, “o próprio céu”, *caelum ipsum*, e repleto de Deus” (p. 101). Seja para o pagão ou o cristão, “mais adiante, nessa fronteira, toda forma de pensamento espacial sucumbe” (p. 101).

A visão do Universo foi nos apresentada de forma estática, diria o professor de Oxford, sendo agora necessário colocá-los em movimento. Assim, relata-se que “Todo poder, movimento e eficácia emanam de Deus para a “rotação do *Primum Mobile*” que “gera a do *Stellatum*, que gera a... de Saturno, e assim por diante, ... até chegar... a da

Lua” (p. 105), influenciando os acontecimentos, a psicologia, as plantas e os minerais. Curiosamente, os teólogos ortodoxos confirmavam isso, desde que não se afirmasse um determinismo astrológico, negando o livre-arbítrio. Sob essa óptica, o ‘poder’ dos sete planetas sobre a humanidade seria respectivamente: O incentivo às viagens (quer denotava que figuradamente, ou seja, atracar em outras terras ou a fuga de si mesmo, a loucura); a avidez habilidosa ou a prontidão alegre; a bela e a amorosidade; a sabedoria e a liberdade; a dureza robusta; a jovialidade (entendida como alegre, festivo, ainda que sóbrio, tranquilo, magnânimo) e, por fim, a melancolia.

Quem habitaria nessas esferas? O famoso membro dos *Inklings* responde que as “Inteligências planetárias” são “uma parte muito pequena da população angélica” que em seu “estado natural” habita “a vasta região etérea entre a Lua e o *Primum Mobile*” (p. 118). Abaixo da Lua estão os seres aéreos ou os demônios (ainda não possuem o sentido exclusivista do cristianismo). No entanto, “à medida que a Idade Média avançava, a visão de que todos os demônios era igualmente ruins ganhou terreno” (p. 119).

Há, todavia, alguns seres que na concepção medieval, somos precavidos por *Jack*, que têm “o seu lugar de morada entre o ar e a Terra”. São seres marginais, fugidios que, conforme o professor, “sejam as únicas criaturas às quais o Modelo não atribui um *status* oficial” (p. 123): Os *Longaevi*, ou seres de vidas longevas, cuja descrição e análise constituem o sexto capítulo. O próprio Lewis admite que “sua falta de importância é o que eles têm de importante” (p. 123).

Embora possuam vida longa, eles não são imortais. Sua natureza não deve ser subestimada pelo debate quanto ao nome dado até aqui a esses seres. Falando sobre a dificuldade em nomeá-los (todos os nomes dados apresentam algum nível de complexidade), Lewis opta por uma titulação recorrente na Idade Média, mas também muito mal compreendida por nós: fadas.

John Milton, um dos autores em que o Criador de Aslam era especialista, descreve três tipos de fadas: os seres que estão entre os maiores horrores, as “fadas minúsculas, à semelhança de insetos”, e as Fadas Superiores. No primeiro grupo encaixam-se seres de variadas espécies de bichos-papões a assombrações e outros do gênero. No grupo seguinte, estão as fadas como nossa época as conhece, “parecendo homens e mulheres de uma estatura geralmente próxima do menor tamanho humano” (p. 128). Em último lugar, “as Fadas Superiores exibem uma combinação de características que não é de fácil digestão” (p. 131). Apesar de serem descritas como vitais e energéticas podiam ser tão enganosas, obstinadas, passionais. Talvez, por isso, a citação de abertura desse capítulo sejam as seguintes palavras de Chesterton: “Há algo sinistro na ideia de colocar um leprechaun (*duende*) para fazer o trabalho doméstico. O único consolo que você terá é a certeza de que ele nada fará” (p. 123).

Estão catalogadas quatro classes principais de *Longaevi*: eles são (1) uma terceira espécie racional, entre os anjos e os homens; (2) uma classe especial de anjos que corromperam; (3) os mortos, ou uma classe especial deles; e (4) os anjos caídos, os diabos. Todas as tentativas de classificar fracassaram, o mesmo autor conclui, “onde quer que as fadas tenham existido, elas continuam incógnitas” (p. 138).

Virgílio introduz o penúltimo capítulo de *A Imagem Descartada* com a frase: “Em cortês trabalho”. O que essa citação preanuncia? Após descrever o céu e os seres longevos, há sinais lewisianos levando-nos se refletir sobre a concepção medieval do homem sobre “A Terra e seus habitantes”, conforme o título da presente seção do livro. Abaixo da Lua, tudo é contingente, estacionário e mutável. Por isso, é dispensável a

figura de uma Inteligência planetária. No entanto, para que a Terra não ficasse *órfã*, deixaram-na sob a influência de Fortuna. Por causa disso, o homem medieval cria que “a ascensão e a queda dos impérios não” dependia “da deserção nem de alguma “tendência” na evolução da humanidade, mas simplesmente da justiça irresistível da Fortuna dando todas as suas voltas” (p.140).

Seguindo em frente, na descrição da Terra, a forma desta é considerada como um globo. A descrença do homem moderno, contesta Lewis, deve-se a um duplo mal-entendido: (1) as gravuras dos mapas medievais mostram apenas o hemisfério Ocidental conhecido. Por quê? O autor argumenta que o outro hemisfério era-lhes inacessível de acordo com a teoria das Quatro Zonas conforme apresentado no capítulo três; (2) as referências ao “fim do mundo”, sendo “grande parte da geografia medieval... meramente romântica” (p. 143). Os cartógrafos desse período desejavam “criar uma joia cara, incorporando a nobre arte da cosmografia”. Os marinheiros podiam sentir admiração e prazer ao contemplar essas peças, mas não se deixariam guiar por elas.

Há uma confusão também sobre a existência de alguns animais: seriam reais ou fantasiosos? Lewis tranquiliza os leitores: “A zoologia escrita nesse período é principalmente uma compilação de histórias absurdas sobre criaturas que os autores nunca viram e muitas vezes [...] nunca existiram” (p. 146). O *mérito* da criação dessa crença não é da Idade Média; pertence aos antigos. Heródoto, Cláudio Eliano e Plínio, o Velho são fontes quanto a esse assunto. Não se exime, no entanto, os medievais de falhar na distinção entre o real e o imaginário. Isidoro é apresentado como um exemplo típico de como a pseudozoologia se formou. Um deles baseado em uma leitura altamente alegórica de Jó 39,19-25 fala de uma cobra que tapa os ouvidos para se proteger dos seus encantadores. Apesar disso, há um belíssimo trabalho nos famosos Bestiários medievais.

Deixando de lado, o *habitat* e suas feras, Jack conduz-nos ao inquietante estudo dos tipos de alma e a relação entre alma e corpo. Sobre o primeiro, menciona-se “três modalidades de alma... *vegetabilis*, que dá vida, mas não, sentimento; *sensibilis*, que dá vida e sentimento, mas não razão; *rationalis*, que dá vida, sentimento e razão” (p. 151). A pré-existência desta última foi rejeitada pela era escolástica, mas, “no Período Seminal e na primeira parte da Idade Média... ainda pairava no ar” (p. 153). A relação psicossomática nunca foi idealizada por nenhum modelo de modo a “estabelecer uma unidade satisfatória entre nossa experiência real da sensação, do pensamento ou da emoção” (p. 162). Uma tentativa de resposta foi proposta pelas “Tríades em Apuleius, Calcídio, PseudoDioniso e Alano” (p. 163), tendo como acabamento final a teoria do *tertium quid*, ou seja, um “agente de relações entre o corpo e alma... chamado *Espírito* ou (mais frequentemente) de *espíritos*” (p. 163). Sobre isso, criticou Lewis: “Essa doutrina de espíritos me parece a característica menos respeitável do Modelo Medieval” (p. 163).

Lançadas as bases para a discussão da parte imaterial do homem, o autor debruça-se sobre a temática ‘corpo humano’. Longe de ser algo sem importância, ele diz que o “corpo... fornece outro sentido pelo qual o homem pode ser chamado de microcosmo, pois ele, como o mundo é constituído de quatro pares contrários” (p. 165): fogo, ar, água e terra. Nesse momento, temos outro ponto de destaque em A Imagem Descartada: a exposição sobre os humores humanos: sanguíneo, colérico, melancólico e fleumático. Após a teoria do *complexio* ou *temperamentum*, conjectura-se sobre a história ou passado humano, como prefere Lewis.

Quanto à história, as tentativas de se desenvolver uma filosofia desta foram desencorajadas pela crença medieval da Fortuna, Inteligência guardiã da Terra, resguarda-nos o autor. Ainda assim, havia os historicistas (que creem podermos aprender não apenas verdades históricas, mas meta-históricas e transcendentais), os científicos que criticavam suas fontes. No entanto, o mais próximo que chegaram de fazê-lo transparece na frase: “as coisas já foram melhores do que são agora” (p. 178).

O mais longo dos capítulos dessa obra encerra-se discursando sobre as sete artes liberais, dando ênfase ao *Trivium*, ou o caminho tripartite: Gramática, Dialética e Retórica. A quantidade dessas artes remete à dos *planetas* conforme visto no capítulo cinco e também à noção de *numinoso*, ou seja, a qualidade daquilo que é superior ou transcendental, de acordo com a ideia cunhada pelo filósofo da religião Rudolf Otto. Estes não foram usados como um currículo educacional, no sentido moderno, uma vez que para os medievais elas “havia alcançado um *status* semelhante ao da própria natureza. As Artes, e também as Virtudes e os Vícios, eram personificados” (p. 180).

Concluindo no oitavo e último capítulo, somos despendidos pela informação de que todo leitor da poesia medieval e renascentista mais elevada percebia “a grande de instrução sólida... que ela veicula” (p. 191). Obedecendo ao critério do Modelo: “um lugar para coisa e cada coisa no seu lugar” (p. 191), suas obras escolhiam temas que permitiam e convidam a explorar ciências, filosofia ou história. Ora acoplando organicamente onde nós, (pós-) modernos, as dispensaríamos, ora (aparentemente, para nós) forçando-as. O método mais comum para esse empreendimento foi a digressão, isto é, o recurso literário usado para esclarecer, detalhar, ilustrar ou criticar um assunto. Outra técnica era o inventário, ou o levantamento sistemático e arrolamento dos bens culturais e naturais, visando a conhecê-los e preservá-los. Por que fazer tudo isso? Comenta Lewis que: “Poetas e demais artistas retratavam essas coisas porque as suas mentes amavam debruçar-se sobre elas” (p. 195). Tratando da literatura medieval especificamente, o mesmo autor declara que seu vício típico era o enfado puro, imperturbável, prolongado; e sua virtude característica, a ausência de esforço. “A escrita é tão límpida e livre de esforço que a história parece contar-se sozinha. [...] É a arte que está em cena” (p. 197). De um modo geral, continua, “com as devidas precauções” podemos “referir-nos à humildade como uma característica geral da arte medieval. Da arte, mas nem sempre dos artistas.” (p. 203). Aqui, faz-se necessário separarmos, quando pensamos em um estudioso ou artista, habilidade de arrogância. A primeira pode conduzir à segunda; contudo, “a habilidade deles é, confessadamente, o meio para um fim e para além dele mesmo, e o status da habilidade depende inteiramente da dignidade ou necessidade desse fim” (p. 203). A literatura, por exemplo, tem como propósito o ensino do útil, honrado e apreciável, que são valores superiores (existem e valem por si mesmas) apesar de que a tenha escrito. “Nesse sentido, a arte é humilde, mesmo que os artistas sejam orgulhosos”. Talvez seja isso, que John Milton, com as palavras que principiam capítulo, quisesse dizer com: “À vista de todo este mundo, mantenha-se assim honrável” (p. 190).

No epílogo de *A Imagem Descartada*, C. S. Lewis chama-nos à atenção para alguns fatos complementares ao que discursou: (1) o velho Modelo o agradava, já que “poucas construções da imaginação combinaram esplendor, sobriedade e coerência no mesmo nível (p. 205)”; (2) um defeito bastante sério desse modelo é que “ele não corresponde à verdade” (p. 205). No entanto, (3) todo modelo, matemático, físico etc., “não passa de analogia, uma concessão à nossa debilidade” (p. 206). Estes ora ilustram por analogia, ora sugerem “como fazem as máximas dos místicos” (p. 207). (4) “Não há

dúvida de que o velho modelo foi abalado pelo influxo de novos fenômenos” (p. 209), porém: “Nenhum modelo é um catálogo de realidades totais, e nenhum é pura fantasia”, são todos simulacros que *tentam* descrever (p. 210). Por fim, (5) “Não é impossível que o nosso próprio modelo tenha uma morte violenta, esmagado de forma brutal por um assalto de novos fatos” (p. 210), uma vez que “a natureza oferece a maior parte de suas evidências em resposta às perguntas que lhe fazemos” (p. 211). No entanto, o “caráter da evidência depende de como o exame é feito” (p. 211) e ele sempre dependerá da habilidade da mente da testemunha em determinar a verdade total observada e do padrão usado para alcançá-la. No final, como diria Shakeaspere: “O melhor da espécie não passa de sombras”.

O desafio de apresentar e aprofundar, dentro do que foi possível, a temática ‘O Modelo Medieval’ a fim de fazer-nos compreender a visão daquele mundo foi cumprido. O estilo didático do autor foi apropriado auxiliando-nos em nossa limitação a respeito dos autores e assuntos comentados. Lewis se destaca também pela devida atenção e tratamento sério ao ministrar um assunto tão complexo. Uma proposta como essa, por sua amplitude e pelos inúmeros desdobramentos, vem colaborar com os estudos medievalistas, renascentistas e/ou lewisianos no Brasil. Penso que cada estudioso dessas áreas deveria ter um exemplar dessa obra em sua biblioteca, especialmente pelas informações literárias de obras ainda não traduzidas para o nosso idioma pátrio e, sem a perspectiva, de que as mesmas sejam. O livro é recomendado também a todos os interessados em uma boa análise literária que, conscientes da importância dessa abordagem, buscam uma ferramenta pedagógica que possa, de fato, ser aprendida e utilizada didaticamente.